Assembleias de Deus em vias de midiatização: entre dizeres e silêncios

Catiane Rocha Passsos de Souza
Instituto Federal da Bahia - Universidade Federal da Bahia

Palavras-chave: Midiatização; Religião; Televisão; Assembleia de Deus; Política.

RESUMO EXPANDIDO

Desde a chegada da televisão ao Brasil, na década de 50, houve muita discussão, principalmente nas igrejas pentecostais, sobre a influência maligna da "caixa do diabo". Em instituições mais conservadoras, testemunhos de pessoas, inclusive atestando que tiveram sua saúde perturbada pela televisão, alimentavam uma ideia negativa quanto ao uso dessa mídia. Em geral, o advento da televisão gerou discussões sem consenso cujos sentidos não se apagaram facilmente da memória social, principalmente quando se trata de educação das crianças, formação de opinião pública, mais atualmente em debates sobre corrupção, homossexualismo, liberalização de maconha, aborto, dentre outros assuntos, muitas vezes, nem tão polêmicos como os citados.

Os efeitos de sentido dessas discussões se conservam, sobretudo, nos dizeres dos evangélicos das Igrejas Pentecostais Assembleias de Deus (ADs), denominação que até final da década de 90 se posicionava contrária ao uso da TV por seus seguidores. Quais os motivos que tornaram essa mídia (in)aceitável? Em que medida o acesso "autorizado" à televisão, embora tardiamente, afetou esse grupo de religiosos? Para observar esse processo, recorremos aos fragmentos históricos que trazem indícios de transformações, tanto na dimensão institucional quanto socioindividual relacionadas ao uso da televisão pelos crentes (como são chamados esses religiosos no Brasil). O modo como dizeres foram silenciados para que outros surgissem foi guiando nossa observação no que diz respeito à (re)significação dos assembleianos na sociedade midiatizada.

Embora o processo de midiatização tenha se germinando nas primeiras décadas de implantação das ADs no país, as análises indicam que tenha sido mais acelerado e dinâmico a partir da década de 80 com a produção/reconhecimento no universo televisivo. Atualmente, os assembleianos estão inseridos no universo das mídias em geral, mas a TV continua principal mídia no tempo de audiência, na importância que se dá às transmissões, pela facilidade, comodidade e praticidade do acesso. Vale destacar que, desde a chegada dos suecos fundadores das ADs em Belém do Pará (1910) até hoje, a imprensa é a mídia mais aceita e indicada pelos líderes assembleianos, principalmente pela possibilidade de

maior controle quanto ao acesso dos fieis às produções extra-assembleianas. A criação e manutenção de um único jornal de circulação nacional, o "Mensageiro de Paz" (MP), foi o principal motivo da fundação e aperfeiçoamento do órgão-aparelho de institucionalização burocrática das ADs: a Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil (CGADB). O MP, diferente dos jornais anteriores das ADs de distribuição gratuita, já instalou, desde o primeiro número (1930), o sistema de assinaturas e vendas.

A fase anterior ao MP, de 1917 a 1929, denominamos de "boa semente" do processo de midiatização das ADs, pois a produção de jornais e materiais de distribuição era voltada mais ao público externo às igrejas, portanto, mais evangelística do que doutrinária, mais apologética do que político-institucional. Até 1950, temos a fase de racionalização burocrática de uma religiosidade de poder carismático, quando a produção midiática era autoritária e servia como registro das regras e decisões, aperfeiçoou um caráter documental de validade formal da CGADB. Nessa fase, a preocupação com o acesso à imprensa extra-assembleiana era reduzida, sobretudo, pelos altos índices de analfabetismo dos integrantes das ADs, que acompanhavam os índices da nação no que se referia às populações menos favorecidas.

A política de silenciamento (ORLANDI, 2007) de outras vozes nas ADs foi estabelecida na imprensa, mas teve que se render nos "anos de fogo" do Rádio (anos 60), pois o cenário mudou diante de alguns eventos da década de 50 como o movimento das tendas milagrosas e a chegada da televisão no país. Os crentes nos anos 50 não ouviam rádio e não assistiam TV, principalmente, porque não tinham condição financeira de adquirir aparelhos, mas foram impactados por essas mídias, sobretudo nas grandes cidades, porque frequentavam as praças para realização de cultos ao ar livre.

O evangelismo nas praças começou a se transformar desde a instalação das estações de rádio e com o advento da TV nada seria como antes. O rádio é a primeira mídia a causar tensões entre os crentes, provocando contradições e silêncios abismais. A partir de 1962, seu uso foi aceito e incentivado nas ADs, se foi proibido ouvir e possuir rádio disso não se tratou mais oficialmente, a ponto do rádio não ser citado nas regras gerais das ADs sobre os Usos e costumes oficializadas em 1975, ao contrário da televisão proibida e polemizada desde os anos 50.

As mesmas preocupações quanto ao uso do rádio pelos fieis se repetiram nos debates sobre a TV, pois, embora sejam mídias formidáveis ao proselitismo, aproximam o religioso dos discursos "mundanos" e dos de outras correntes religiosas. Abrir mão do uso dessas mídias significava correr risco de frear o crescimento diante da proliferação

de igrejas (neo)pentecostais a partir da década de 70, abrir mão de controlar o acesso ao rádio e TV seria alterar o código moral da identidade ascética assembleiana, enfim, preferiu-se conviver com as contradições e, muitas vezes, com silêncios. Alencar (2010), pesquisador das ADs no Brasil, sinaliza que o declínio no crescimento das Assembleias de Deus a partir da década de 50 e as cisões no seio da própria instituição não foram frutos de questões teológicas, nem mesmo administrativas, mas de questões midiáticas, diz respeito ao modo como as demais igrejas passaram a midiatizar as curas, os exorcismos e outras práticas.

A presença de televangelistas americanos na televisão brasileira, frequentadores dos púlpitos das ADs, reascendeu o debate em torno das proibições em possuir o aparelho de TV, assistir e/ou produzir na TV. Os debates institucionais contrários à TV se estenderam ao longo da segunda metade do século XX e somente no ano 2000 foi publicada "uma autorização", tardia e sem efeito, pois os crentes já produziam e consumiam TV desde a década de 80. O ano de 1985 foi um marco de uma nova etapa do processo de midiatização das ADs, quando duas importantes mudanças de posicionamento dos crentes na sociedade brasileira são registradas: (1) a produção oficial na televisão que nasce concomitantemente relacionada ao (2) envolvimento na política do país, lançando e elegendo assembleianos para mandados políticos.

Não se trata de coincidência temporal, mas do processo maior de interpenetração entre os sistemas sociais na sociedade midiatizada (VERÓN, 2013), pois, mais explicitamente, a partir dos anos 80 no Brasil, mídia, religião e política introduziram-se reciprocamente suas complexidades, constituindo-se cada vez mais uns nos outros. Enfim, o processo de midiatização das ADs indica que o propósito evangelístico deixou de ser o alvo principal desde a década de 30, quando a luta por poder interno redimensionou a instituição subestimando o "carisma" a uma direção burocrática.

A partir da década de 80, outras características são acionadas, como o acirramento de um mercado cultural *gospel*: disputas de mercado expressas em números de seguidores em cada Ministério e de participante em eventos diversos se traduzem em cifras que resultam da comercialização de produtos e serviços especializados no público crente.

As disputas de poder ultrapassam os limites da instituição, alcançam outros espaços de disputas onde os discursos religiosos se reorganizam, como nas bancadas evangélicas, em sua maioria, bancadas pentecostais. A partir do exposto, nosso objetivo principal é discutir como os fragmentos de memórias do processo de midiatização das igrejas Assembleias de Deus no Brasil operam na constituição das condições em que se

estabelecem as gramáticas de produção/reconhecimento desses religiosos. São operações, portanto, constitutivas do processo da circulação discursiva que materializa as lógicas de interpenetração de sistemas sociais midiatizados dentro dos sistemas psíquicos (socioindividuais) dos fieis, considerando as defasagens desse processo.

Nosso percurso analítico considera como fundamentação teórica os postulados de Eliseo Verón e de Fausto Neto quanto aos estudos dos fenômenos midiáticos. O *corpus* de análise se constitui de atas, documentos, publicações diversas que registram memórias do desenvolvimento das Igrejas Assembleias de Deus no Brasil.